

Antonio Pinheiro de Aguiar (1814-1894)

Francisca Izabel Pereira Maciel

Juliano Guerra Rocha

Antonio Pinheiro de Aguiar nasceu na Província de Minas Gerais em 1814, provavelmente em Ouro Preto, e faleceu em 1894.¹ Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1838, onde atuou como professor de desenho e música, oferecendo aulas de canto e piano, além de prestar serviços de concerto e afinação de piano. Nas décadas de 60 e 70 atuou como professor na terceira escola pública de meninos da freguesia de Sant'Anna e abriu salas no diurno para ensinar as crianças e, no noturno, destinadas aos adultos (CORREIO MERCANTIL, 8 de novembro de 1860, p. 3). Produziu e foi o principal divulgador do método por ele denominado de Bacadafá, destinado ao ensino da leitura. Foi casado com Maria Argentina de Aguiar, professora e divulgadora desse método na cidade do Rio de Janeiro. O casal residiu em São Cristóvão, um bairro nobre do Rio de Janeiro, habitado inclusive por famílias da aristocracia portuguesa (CORREIO MERCANTIL, 19 de dezembro de 1861, p. 4; ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1865, p. 431).

1 No Relatório da Repartição dos Negócios do Império no Rio de Janeiro há o Aviso datado de 14 de novembro de 1861, mencionando que Antonio Pinheiro de Aguiar, autor do método Bacadafá, tinha na ocasião 49 anos, levando ao ano de 1812 como sendo o marco de seu nascimento (RIO DE JANEIRO, 1862, p. 19). Utilizamos, entretanto, para referenciar o ano de nascimento e morte do autor, os dados constantes na Plataforma Hélio Gravatá, um repositório com fontes digitalizadas pertencentes ao acervo do Arquivo Público Mineiro.

No ano de 1860, abriram uma escola do sexo feminino em sua própria residência, em São Cristóvão, na travessa das Flores, n.º 4, ao lado da Academia Militar. Maria Argentina atuava como professora e ensinava as meninas a ler e a escrever pelo método criado por Pinheiro de Aguiar. Entre os anos de 1861 e 65 era comum encontrar propagandas de sua escola e de seu método nos jornais *Correio Mercantil* e no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Nessas propagandas, ora a instituição era nominada de “Colégio do Bacadafá”, ora com a referência ao nome dos professores, como “Colégio de Antonio de Pinheiro de Aguiar” ou “Colégio de D. Maria Argentina de Aguiar”. Essa escola foi uma das mais citadas pela imprensa carioca como um dos locais em que funcionava a aplicação do método Bacadafá. O trabalho de divulgação do método foi se expandindo para além desse bairro, de modo que Pinheiro de Aguiar também abriu salas particulares para ensinar crianças e/ou adultos ou para expor às famílias o seu método no Rio de Janeiro, na “Rua da Ajuda” (PINHEIRO DE AGUIAR, CORREIO MERCANTIL, 19 de julho de 1860, p. 3) e na “Rua da Alfândega” (CORREIO MERCANTIL, 8 de novembro de 1860, p. 3).

Em 1863, o jornal *Correio Mercantil* noticiou que o Imperador havia concedido a Pinheiro de Aguiar uma “sala no edifício lateral do Theatro S. Pedro”, onde lecionaria música e explicaria o “sistema nacional de leitura rápida”, oferecendo exposições periódicas com as devidas provas que certificariam a eficácia do método Bacadafá (CORREIO MERCANTIL, 21 de outubro de 1863, p. 2). Nas escolas em que Pinheiro de Aguiar lecionava, utilizava o sistema de ensino monitorial, em que os alunos mais adiantados auxiliavam os menos adiantados. Geralmente dividia-os em classes por grau de conhecimento (PINHEIRO DE AGUIAR, CORREIO MERCANTIL, 9 de setembro de 1861, p. 2).

As exposições públicas abertas à comunidade, principalmente direcionadas aos pais de crianças analfabetas, foi uma das estratégias utilizadas por Pinheiro de Aguiar para divulgar o seu método, do qual foi o maior entusiasta e defensor, chegando a ser caracterizado pelo Conselho de Instrução Pública da Corte como fanatista (TEIXEIRA, 2008; A INTRUCÇÃO PUBLICA, 14 de julho de 1872, p. 109). Conseguiu em alguns momentos autorização desse Conselho para essas exposições e, quando a negavam, recorria à Assembleia Geral Legislativa e até ao próprio Imperador (CORREIO MERCANTIL, 26 de maio de 1861, p. 2; 16 de junho de 1861, p. 1; 21 de outubro de 1863, p. 2).

O método Bacadafá, por ele criado, surgiu no Rio de Janeiro no final dos anos 50 do século XIX, período em que foi levado a público. Esse método consistia em 20 lições para o ensino da leitura a partir dos nomes de quatro indígenas, que formavam uma família brasileira. Divulgado com mais veemência entre os anos 60 e 80, devido à publicação de um impresso que continha a orientação para aplicação do método, esse fato faz com que Pinheiro de Aguiar esteja entre os autores nascidos no Brasil que publicaram cartilhas para o ensino inicial de leitura no período imperial.

No prólogo da edição do Bacadafá de 1877, o autor mencionou que a proposta surgiu em 1858, tendo ele, em 7 de novembro desse ano, numa exposição pública em São Cristóvão, apresentado os resultados de vinte lições do método aplicadas com crianças analfabetas. Nesse texto, ainda explicita que fez nove exposições públicas, nas quais não houve contestação, por isso demonstrava que o impresso seria profícuo não apenas para uma escola e sim para o país. No jornal *Correio Mercantil*, na edição de 27 de setembro de 1859, há uma nota sob o título “Atenção”, assinada por Antonio Pinheiro de Aguiar,

informando que ele fez uma exposição pública, no dia 05 de dezembro de 1858, em que demonstrou a possibilidade de alfabetizar um menino em 20 dias. Notícia que abriria um curso primário gratuito, oferecendo-o também aos pais e pessoas interessadas (PINHEIRO DE AGUIAR, CORREIO MERCANTIL, 27 de setembro de 1859, p. 2).

Na década de 1870, ao que tudo indica, expandiu-se a comercialização do método Bacadafá, em virtude do Parecer do Conselho de Instrução Pública da Corte, que destacava vantagens na proposta de Pinheiro de Aguiar, sendo digna de estudos e testagens devido também às cores e símbolos nacionais que eram usados (A INTRUCÇÃO PUBLICA, 14 de julho de 1872, p. 109-110). O método, entretanto, não foi aprovado em primeira instância pelo Conselho. Nos anos de 1860, Pinheiro de Aguiar percorreu um árduo caminho em defesa da sua aprovação e difusão. Em 1861 há registros de que o método foi rejeitado pelo Ministério do Império (CORREIO MERCANTIL, 26 de maio de 1861, p. 2). Por isso, o autor recorreu, no mesmo ano, à Câmara de Instrução Pública na Assembleia Geral Legislativa, solicitando a permissão para colocar o método Bacadafá em prática, além de pedir uma subvenção para auxiliá-lo (CORREIO MERCANTIL, 16 de junho de 1861, p. 1). O *Jornal do Commercio* mencionou que, em 1862, Pinheiro de Aguiar fez a doação de 1.000 coleções do método Bacadafá à Inspetoria Geral da Instrução Pública para que fossem distribuídas nas aulas públicas da Corte e, portanto, como o material não havia ainda sido aprovado para ampla divulgação, solicitou o estorno dos donativos para o aproveitamento dos impressos em suas aulas particulares (PINHEIRO DE AGUIAR, JORNAL DO COMMERCIO, 22 de janeiro de 1862, p. 2). Em 1863, com a autorização do Ministério do Império, o método pôde ser praticado, mas com a

ressalva de que era apenas sob a tutela do autor (JORNAL DO COMERCIO, 29 de agosto de 1863, p. 3).

Schueler (2005) revela que em 1871 Pinheiro de Aguiar requereu à Inspetoria de Instrução Pública o reconhecimento do seu método, apresentando provas que atestavam a sua eficácia. No periódico *A Instrução Publica* há a transcrição do parecer emitido em 1871 por uma comissão, instalada sob ordem do Imperador, para averiguar a utilidade do método Bacadafá. Na conclusão do parecer ficou expresso que, embora identificassem nele várias vantagens em relação aos métodos antigos de ensino de leitura que circulavam pelas escolas, acreditaram ser prudente não estendê-lo, autorizando apenas que Pinheiro de Aguiar regesse uma cadeira utilizando a sua proposta. Reiteraram também a necessidade de os professores serem formados para aplicação do sistema da aprendizagem de leitura abreviada, devendo o autor abrir espaço para aqueles que quisessem conhecer o método, e a Inspetoria Geral de Instrução Pública, igualmente, designar Adjuntos para aprenderem (A INSTRUCÇÃO PUBLICA, 14 de julho de 1872, p. 109-110). Segundo Alambary Luz (A INSTRUCÇÃO PUBLICA, 14 de julho de 1872, p. 108), Pinheiro de Aguiar mandou imprimir, em 1872, 10 mil exemplares do método Bacadafá, oferecendo-os ao governo central para que fossem distribuídos pelas escolas da província do Império.

Nas décadas de 1860 e 1870, os jornais *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio* – publicações cariocas –, que passaram a propagandar a venda dos impressos de Pinheiro de Aguiar, mencionavam que estavam à venda “as cartas e as tabuadas do sistema de leitura abreviada”, o que pode indicar que a primeira, segunda e terceira cartas propostas pelo autor, bem como o quadro de tabuada,

poderiam ser comprados avulsos. Para análise do método, utilizamos duas edições da cartilha datadas dos anos de 1871 e 1877.²

Analisando ambas as capas dessas edições, notamos mudanças substanciais entre elas, principalmente no título. A edição de 1871 tinha por título *Carta para o exercicio da leitura rápida pelo methodo abreviado Bacadafá*, já a de 1877, *Bacadafá ou methodo de leitura abreviada*. A partir das fontes consultadas, especialmente da imprensa carioca do período, acreditamos que a mudança do nome da obra, tal como está na edição de 1877, foi devida às acusações que Pinheiro de Aguiar sofreu pelos críticos na imprensa e pelo Conselho de Instrução Pública da Corte de que seu método não tinha nada de inovador (ALAMBARY LUZ, A INTRUCÇÃO PUBLICA, 24 de junho de 1872, p. 82). Logo, a mudança no título pode ter sido em função da ideia transmitida pelo uso da palavra “Carta”, que se associava às Cartas de ABC e ao método de soletração, difundidos pelo país e criticados como antigos e tradicionais.

Nas capas do livro de Pinheiro de Aguiar é mencionada a tipografia de Pinheiro & C. como a responsável pela edição. Segundo Stickel (2004) essa tipografia pertencia ao xilógrafo português Manuel Joaquim da Costa Pinheiro (1832-1903), “chegado ao Brasil em 1843 e estabelecido como tipógrafo a partir de 1852 no Rio de Janeiro”.

2 Como não conseguimos acessar os originais do Método Bacadafá, essa descrição toma, especialmente, como referência os exemplares a que tivemos acesso. A edição de 1871 foi cedida pela professora Giselle Baptista Teixeira, da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, e a de 1877 é uma cópia doada pela professora Magda Soares à Francisca Maciel, nos anos de 1990. Reconhecemos, por conseguinte, os limites dessa caracterização. Consideramos, também, as informações publicadas sobre o método Bacadafá no periódico *A Instrucção Publica* em 1872 e 1874 (A INSTRUÇÃO PUBLICA, 24 de junho de 1872, 14 de julho de 1872, 18 de agosto de 1872, 20 de outubro de 1872, 24 de novembro de 1872, 6 de setembro de 1874).

Manuel Pinheiro foi ilustrador de vários livros, “principalmente para a Livraria Garnier” (STICKEL, 2004, p. 235).

Passando ao conteúdo da obra, considerando as fontes consultadas, especialmente as da imprensa carioca, notamos que a edição de 1871 se compôs do agrupamento de uma breve explicação sobre o método Bacadafá, escrita por Antonio Pinheiro de Aguiar no Rio de Janeiro em 06 de outubro de 1871, três cartas para aplicação do método (intituladas pelo autor como “Carta dos Índios”, “Quadro Synoptico do Methodo de Leitura Abreviada” e “Carta de nomes”), além dos quadros de tabuada resumida de somar, diminuir, multiplicar e dividir. A edição de 1877 foi modificada, tendo havido a inserção do “prólogo” e do texto intitulado “Methodo Bacadafá”, que ocupou a extensão de 7 páginas, escrito por Pinheiro de Aguiar em 1º de julho de 1877, elucidando detalhadamente os exercícios para aplicação do seu método. Nessa edição, não constam os quadros matemáticos apresentados na anterior.

O método Bacadafá consistia numa proposta que tinha como base historietas sobre quatro indígenas que formavam a família: Bacadafá, o pai da família; Gajalamá, a mãe; Naparasá, a filha, e Tavaxazá, o filho. Essa proposta pensada por Pinheiro de Aguiar podia ser aplicada tanto para crianças quanto para adultos analfabetos. A sua principal propaganda era a eficiência do método, que obteria resultados de forma rápida e prazerosa, de modo que, se aplicado conforme as orientações do autor, com os exercícios previstos, qualquer sujeito se alfabetizava em, no máximo, 20 lições.

Pinheiro de Aguiar arquitetou um sistema de alfabetização constituído pelo método silábico, uma vez que a base do processo de ensino da leitura foi a sílaba, compondo palavras e as decompondo para

ênfatar a sonoridade das letras. Quanto à análise da proposta metodológica do Bacadafá, podemos dizer que ela apresenta avanços em relação ao antigo método de soletração; verifica-se a preocupação do autor em relação a pronúncia correta dos sons das letras e sílabas sem a artificialidade das propostas baseadas na soletração do “be-a-bá”, o que, em parte, facilitaria desenvolver a habilidade da leitura corrente (MACIEL, 2002). O autor, na sua explicação sobre o método, não o classificava como silábico, mas encontramos tal caracterização nos escritos do professor Antonio Estevam Costa e Cunha, seu defensor, o qual o enaltece, definindo-o como silábico, acrescido de figuras e historietas, um “meio termo” entre o método de marcha analítica e da sintética (COSTA E CUNHA, A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 20 de outubro de 1872, p. 241-242).

Segundo informação constante no rodapé da “Carta de nomes” na edição da cartilha de Pinheiro de Aguiar de 1871, a impressão ocorreu na Tipografia de Paula Brito em 1860. Consideramos que as primeiras edições do método Bacadafá circularam já nos anos 60, sendo inicialmente restritas ao colégio mantido pelo próprio autor, onde se praticava o método Bacadafá, e depois vendidas aos pais que se interessassem por conhecer a proposta para ensinar aos filhos (JORNAL DO COMMERCIO, 23 de dezembro de 1867, p. 2).

Maciel (2002) destaca o nacionalismo proposto pelo autor ao conciliar a proposta metodológica aos nomes de uma família indígena. Schueler (2005) explicita que Antonio Estevam Costa e Cunha considerava-o “genuinamente nacional”, pois tratava-se de uma proposta de ensino que utilizava símbolos nacionais, além de ter sido idealizada por um brasileiro.

Acerca da circulação da obra de Pinheiro de Aguiar no Brasil, Trindade (2001) o cita em sua tese de doutorado, referindo que não há evidências que ele foi usado na Instrução Pública gaúcha. Amâncio e Cardoso (2006) e Amâncio (2008), explicitam que esse método foi propagandeado na província de Mato Grosso, mas não foi adotado nas escolas mato-grossenses. Assunção (2009), em sua pesquisa sobre a alfabetização no Espírito Santo na década de 1870, certifica que os impressos que compunham o método Bacadafá foram enviados a essa província, mas não houve sua adoção oficial nas escolas capixabas. Franklin (2017) aponta que o sistema de leitura denominado Bacadafá fez parte de um momento pós-implantação do ensino secundário no Brasil, fruto da tentativa de reformular o ensino na Corte através dos “métodos inovadores de alfabetização” (FRANKLIN, 2017, p. 92). A questão do método Bacadafá em Goiás foi referida por Araújo e Silva (1975), Valdez (2011) e Rocha (2019), que demonstram que a cartilha de Pinheiro de Aguiar circulou pelas escolas da província goiana.

As exposições e expansões da atuação do autor e professor não se restringiram ao Rio de Janeiro. No ano de 1886, Pinheiro de Aguiar retornou à Província de Minas Gerais, no Distrito de Madre de Deus do Angú, pertencente ao município de Leopoldina, local onde abriu um internato de instrução primária e secundária que utilizava o método Bacadafá (PINHEIRO DE AGUIAR, JORNAL DO COMMERCIO, 28 de abril de 1886, p. 6).

Sobre a vida e obra de Antonio Pinheiro de Aguiar muito ainda precisa ser estudado e investigado, já que esse verbete foi escrito quando os arquivos públicos estavam fechados, em função da pandemia da Covid-19. Consideramos sua proposta como um marco na

história do livro e da alfabetização no Brasil, já que associa um sistema de ensino de leitura a um caráter nacionalista, ousando utilizar imagens de personagens indígenas, nativos brasileiros, num contexto de um país colonizado que dava, naquele momento, os primeiros passos para a constituição de um mercado editorial escolar.

Referências

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso, 1910-1930**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Fontes para o estudo da produção e circulação de cartilhas no Estado de Mato Grosso. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira (org.). **História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2006.

ARAÚJO E SILVA, Nancy Ribeiro de. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

ASSUNÇÃO, Maria da Penha dos Santos. **A alfabetização na História da Educação no Espírito Santo (década de 1870)**. 2009. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2009.

FRANKLIN, Ruben Maciel. Projetos educacionais para um Brasil-nação: uma reflexão sobre a Educação brasileira no processo de transição império-primeira república (1850-1930). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 1, n.º 1, p. 86-101, janeiro/abril de 2017.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, v. 11, p. 147-168, abril de 2002.

ROCHA, Juliano Guerra. **História da alfabetização de crianças em Goiás, 1835-1886**. 334 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2019.

SCHUELER, Alessandra. O Método Bacadafá: leitura, escrita e língua nacional em escolas públicas primárias da Corte imperial (1870-1880). **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, v. 9, n. 18, p. 173-190, julho/dezembro 2005.

STICKEL, Erico João Siriuba. **Uma Pequena Biblioteca Particular**: subsídios para o Estudo da Iconografia no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **O grande mestre da escola**: os livros de leitura para a escola primária da capital do Império brasileiro. 2008. 237 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A invenção de uma nova ordem para as cartilhas**: ser maternal, nacional e mestra. *Queres Ler?* 2001. 524 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

VALDEZ, Diane. Livros para o expediente das aulas primárias na província de Goiás (1850-1890). In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (org.). **Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

Fontes consultadas

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, n.º 11, 24 de junho de 1872. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, n.º 14, 14 de julho de 1872. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, n.º 19, 18 de agosto de 1872. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, ano III, n. 36, 6 de setembro de 1874. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, n. 28, 20 de outubro de 1872. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, n. 33, 24 de novembro de 1872. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALAMBARY LUZ, José Carlos. A INSTRUÇÃO PÚBLICA. Methodo de leitura Bacadafá. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, n. 14, 14 de julho de 1872, p. 108. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALAMBARY LUZ, José Carlos. A INSTRUÇÃO PÚBLICA. O ensino oficial no municipio neutro. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, n. 11, 24 de junho de 1872, p. 81-82. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Escola de D. Maria Argentina de Aguiar... **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Provincia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Cada dos Editores-proprietários Eduardo & Henrique Laemmert, 1865, p. 431. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. Antonio Pinheiro de Aguiar e sua Sra. D. Maria... **Correio Mercantil**, Annuncios, Rio de Janeiro, n.º 335, quinta-feira, 19 de dezembro de 1861, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. Bacadafa. **Correio Mercantil**, Publicações a pedido, Rio de Janeiro, n. 289, quarta-feira, 21 de outubro de 1863, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. Ensino rapido de leitura. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 310, quinta-feira, 8 de novembro de 1860, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. Expediente da Camara dos Srs. Deputados, sessão de 15 de junho de 1861. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 164, domingo, 16 de junho de 1861, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. Injustiça. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 143, domingo, 26 de maio de 1861, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

COSTA E CUNHA, Antonio Estevam. A INSTRUÇÃO PUBLICA. O methodo de leitura denominado Bacadafá II. **A Instrução Publica, Folha Hebdomadaria**, Rio de Janeiro, n.º 28, 20 de outubro de 1872, p. 241-242. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio Bacadafá, Travessa das Flores, em S. Christovão, N. B. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 47, n.º 356, segunda-feira, 23 de dezembro de 1867, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO. Collegio do Bacadafá. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano XXXVIII, n. 238, sábado, 29 de agosto de 1863, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

PINHEIRO DE AGUIAR, Antonio. **Bacadafá ou Methodo de Leitura Abreviada**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., 1877. Acervo pessoal da Professora Francisca Izabel Pereira Maciel.

PINHEIRO DE AGUIAR, Antonio. **Carta para o exercicio da leitura rápida pelo methodo abreviado denominado Bacadafá**. Rio de Janeiro: Tip. De Pinheiro & C., 1871. Acervo pessoal da Professora Giselle Baptista Teixeira.

PINHEIRO DE AGUIAR, Antonio. CORREIO MERCANTIL. Attenção. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 264, terça-feira, 27 de setembro de 1859, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

PINHEIRO DE AGUIAR, Antonio. CORREIO MERCANTIL. Facto desagradável. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, ano XVII, n.º 199, quinta-feira, 19 de julho de 1860, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

PINHEIRO DE AGUIAR, Antonio. CORREIO MERCANTIL. Para o ilustrado publico. **Correio Mercantil**, Publicações a pedido, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 235, segunda-feira, 9 de setembro de 1861, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

PINHEIRO DE AGUIAR, Antonio. JORNAL DO COMMERCIO. Instrução primaria. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 22, quarta-feira, 22 de janeiro de 1862, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

PINHEIRO DE AGUIAR. JORNAL DO COMMERCIO. Escola dos Sete Passos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 64, n.º 117, quarta-feira, 28 de abril de 1886, p. 6. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

PLATAFORMA HÉLIO GRAVATÁ. **Pinheiro de Aguiar**. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata_brtdocs/photo.php?lid=55849>. Acesso em: 14 de abril de 2021. Arquivo Público Mineiro.

RIO DE JANEIRO. **Annexos do relatório do Ministerio do Imperio apresentado á Assembléa Geral na 2ª sessão da 11ª legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.